

ÍNDICE GERAL

NOTA À 8. ^a EDIÇÃO	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	7
BIBLIOGRAFIA GERAL	11
REVISTAS E COLECTÂNEAS DE JURISPRUDÊNCIA	21
ALGUMAS CITAÇÕES E OBSERVAÇÕES	25

INTRODUÇÃO

NOÇÃO, OBJECTO E ÂMBITO DO DIREITO FISCAL	29
1. Direito financeiro, direito tributário e direito fiscal	31
2. Imposto, figuras afins e sistema fiscal	37
2.1. O conceito de imposto	38
2.2. Algumas figuras afins do imposto	45
2.2.1. A divisão dos tributos	46
2.2.2. As contribuições, as tarifas e as receitas parafiscais	51
2.3. Ideia sobre o sistema fiscal	57
3. Os momentos da vida do imposto	61
4. Algumas classificações dos impostos	64
4.1. Impostos directos e impostos indirectos	64
4.2. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	71
4.3. Impostos reais e impostos pessoais	73
4.4. Impostos de quota fixa e impostos de quota variável	75
4.5. Impostos estaduais e impostos não estaduais	76
4.6. Impostos gerais e impostos especiais	80
4.7. Impostos principais e impostos acessórios	80

4.8. Impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo	82
4.9. Impostos fiscais e impostos extrafiscais	84
5. Visão panorâmica do conteúdo do direito fiscal	84
6. Natureza do direito fiscal	90
6.1. A autonomia substancial do direito fiscal	90
6.2. A autonomia científica ou didáctica do direito fiscal	94
6.3. Referência ao direito aduaneiro ou alfandegário	95
7. Relações do direito fiscal com os outros ramos de direito	97
7.1. Direito fiscal e direito constitucional (Remissão)	97
7.2. Direito fiscal e direito administrativo	98
7.3. Direito fiscal e direito privado	100
7.4. Direito fiscal e direito penal	109
7.5. Direito fiscal e direito processual	110
7.6. Direito fiscal e direito internacional	111
7.7. Direito fiscal e direito europeu	114
7.8. Direito fiscal e os novos ramos do direito	116
8. O direito fiscal e outros saberes sobre impostos	122
PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO FISCAL	129
CAPÍTULO I – O ORDENAMENTO JURÍDICO-FISCAL	131
§ 1 – AS FONTES DO DIREITO FISCAL	131
9. A Constituição	131
9.1. A natureza fiscal do Estado Português	133
9.2. Os princípios jurídico-constitucionais da tributação	139
9.2.1. O princípio da legalidade fiscal	140
9.2.2. O princípio da segurança jurídica	148
9.2.3. A proibição do referendo fiscal	151
9.2.4. O princípio da igualdade fiscal	152
9.2.5. A consideração fiscal da família	156
9.2.6. O respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais	159
9.2.7. O princípio do Estado social	160
9.3. A coerência do sistema e o limite aos limites da tributação	161
9.3.1. O princípio da coerência do sistema	161
9.3.2. O limite aos limites da tributação	162

9.4. O recorte constitucional do sistema fiscal	163
9.4.1. O imposto sobre o rendimento pessoal	164
9.4.2. A tributação das empresas	167
9.4.3. A tributação do património	175
9.4.4. A tributação do consumo	176
10. O direito europeu	176
11. As convenções internacionais	182
12. As leis	188
13. O costume	189
14. Os regulamentos	191
15. Os contratos	197
16. A jurisprudência e a doutrina	199
17. A codificação do direito fiscal	201
§ 2 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DO DIREITO FISCAL	205
18. A interpretação das normas jurídico-fiscais	205
19. A integração das normas jurídico-fiscais	207
20. As cláusulas anti-abuso	209
21. A eficácia das normas jurídico-fiscais	214
21.1. A eficácia temporal	214
21.2. A eficácia espacial	216
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO JURÍDICA FISCAL	227
22. O carácter complexo da relação jurídica fiscal	227
22.1. A complexidade da relação jurídica fiscal	227
22.2. Ilustração das obrigações ou deveres acessórios	231
22.2.1. Em sede do IRS e do IRC	232
22.2.2. Em sede do IVA	236
22.3. A obrigação fiscal	238
23. O sujeito activo da relação jurídica fiscal	241
24. O sujeito passivo da relação jurídica fiscal	243
24.1. Contribuinte, devedor do imposto e sujeito passivo	243
24.2. A personalidade e a capacidade tributárias	247
24.3. A representação legal, o mandato tributário e a gestão de negócios	250
24.4. O domicílio fiscal	252
24.5. O estabelecimento estável	253
24.6. O número de identificação fiscal	255

25. A substituição tributária	255
25.1. Noção e espécies	255
25.2. Regime jurídico	258
25.3. Ideia sobre a sua natureza	259
26. A responsabilidade tributária	260
26.1. A solidariedade tributária	261
26.2. A responsabilidade tributária	262
26.3. Alguns casos de responsabilidade tributária	262
26.4. A responsabilidade civil por multas e coimas fiscais	265
27. A transmissão da obrigação fiscal	267
27.1. A sub-rogação nos direitos da Fazenda Pública	267
27.2. A sucessão legal	269
27.3. A cessão de créditos para titularização	270
28. A extinção da obrigação fiscal	271
28.1. O cumprimento	271
28.2. Outros modos de extinção da obrigação fiscal	273
29. As garantias de cumprimento da obrigação fiscal	275
29.1. A garantia geral	275
29.2. As garantias especiais	276
29.3. O “fiscalismo” na garantia do credor fiscal	278
CAPÍTULO III – A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA FISCAL	283
30. Os órgãos da administração fiscal	283
30.1. Generalidades	283
30.2. A Autoridade Tributária e Aduaneira	285
30.3. Os órgãos de revisão e os órgãos e comissões de avaliação	287
31. O procedimento tributário	289
31.1. Ideia de procedimento tributário	289
31.2. Princípios gerais	292
31.3. O procedimento de liquidação	293
31.3.1. A dinâmica do procedimento	294
31.3.2. A tipologia da liquidação tributária	296
31.3.3. As operações da liquidação	297
31.3.4. A avaliação por métodos indirectos	297
31.3.5. Caracterização da liquidação	301
31.3.6. A natureza da liquidação	302
31.3.7. A fundamentação do acto tributário	303
31.3.8. A invalidade do acto tributário	304
31.3.9. A revisão do acto tributário	306

31.3.10. A revogação, ratificação, reforma, conversão e rectificação do acto tributário	307
31.4. A cobrança do imposto	308
32. A execução fiscal	309
32.1. Âmbito e competência	309
32.2. Tramitação da execução fiscal	311
33. Referência a alguns procedimentos especiais	315
33.1. Os procedimentos de informação vinculativa e de avaliação prévia	316
33.2. Os procedimentos de aplicação da cláusula anti-abuso e da elisão de presunções	318
33.3. O reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	318
33.4. O procedimento de inspecção tributária	319
33.5. O procedimento de derrogação do dever de sigilo bancário	323
34. A crescente “privatização” da administração fiscal	326
34.1. O actual papel das empresas na administração dos impostos	327
34.2. A participação das empresas na disciplina da administração dos impostos	329
CAPÍTULO IV – AS GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES	333
35. Introdução	333
36. Os meios não impugnatórios	335
36.1. O direito à informação	335
36.2. O direito à fundamentação e notificação	336
36.3. O direito à audição prévia	336
36.4. O direito à dedução, reembolso ou restituição de impostos	338
36.5. O direito a juros indemnizatórios e moratórios	339
36.6. O direito à redução de coimas	339
36.7. O direito à caducidade da liquidação e da garantia prestada e à prescrição da obrigação tributária	340
36.8. Direito à prescrição dos procedimentos e das penas criminais e contra-ordenacionais	341
36.9. O direito à confidencialidade fiscal	341
36.10. Outros meios não impugnatórios	342
37. Os meios impugnatórios administrativos e judiciais	342
37.1. Alusão à organização judiciária fiscal	342
37.2. Os actos impugnáveis	344
37.3. A impugnação de actos em matéria tributária	347
37.3.1. Impugnação de decisões de determinação da matéria tributável	347

37.3.2. Impugnação de decisões de correcção quantitativa da matéria tributável	350
37.3.3. Correcção de erros da administração fiscal	351
37.4. A impugnação dos actos tributários	352
37.5. A impugnação de actos administrativos relativos a questões tributárias	353
37.6. Reclamação e recurso hierárquico contra actos da administração tributária	356
37.7. Reclamação através do pedido de revisão	358
37.8. A impugnação dos actos de autoliquidação, substituição tributária e pagamentos por conta	360
37.9. A impugnação de actos da fase administrativa do processo contra-ordenacional fiscal	362
37.10. A impugnação de actos da administração tributária em sede da execução fiscal	362
37.11. A impugnação de normas jurídicas tributárias	363
38. Outros meios jurisdicionais de garantia dos contribuintes	364
38.1. As acções	364
38.1.1. A acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido	364
38.1.2. A acção de intimação para um comportamento	365
38.1.3. A acção de autorização da derrogação do dever de sigilo bancário	366
38.2. Os meios processuais acessórios	366
38.2.1. Os processos de acção cautelar	366
38.2.2. A intimação para a consulta de documentos e passagem de certidões	367
38.3. Outros meios processuais	368
38.3.1. Os recursos jurisdicionais	368
38.3.2. A execução de julgados	370
38.3.3. A revisão de sentença	370
38.4. A intervenção dos tribunais judiciais no domínio tributário	371
39. O processo de impugnação judicial	372
39.1. A tramitação do processo de impugnação judicial	372
39.2. Referência aos efeitos das sentenças anulatórias de actos tributários	379
39.3. Alusão à execução das sentenças anulatórias de actos tributários	380
CAPÍTULO V – DIREITO ECONÓMICO FISCAL	383
40. Noção e âmbito do direito económico fiscal	383

41. Os impostos extrafiscais	386
42. Os benefícios fiscais	389
43. A constituição, reconhecimento, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	395
43.1. A constituição dos benefícios fiscais	395
43.2. O reconhecimento dos benefícios fiscais	395
43.3. A transmissão dos benefícios fiscais	398
43.4. A extinção dos benefícios fiscais	399
44. Alusão ao complexo panorama dos benefícios fiscais	400
CAPÍTULO VI – REFERÊNCIA AO DIREITO PENAL FISCAL	405
45. Considerações gerais	405
45.1. Noção e características do direito penal fiscal	405
45.2. A disciplina do direito penal fiscal	408
45.3. Ideia sobre a recente evolução do direito penal fiscal	409
46. Alusão ao fundamento da criminalização e ao bem jurídico protegido	411
46.1. Fundamento da criminalização das infracções tributárias	411
46.2. O bem jurídico protegido nas infracções tributárias	414
47. Ideia sobre os crimes tributários e o seu processo	415
47.1. Ideia sobre os crimes tributários	415
47.2. Ideia relativa ao processo penal tributário	420
48. Ideia sobre as contra-ordenações tributárias e o seu processo	421
PARTE II – O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	425
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA ACTUAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	427
49. No princípio era a dízima	427
50. A reforma fiscal dos anos sessenta	431
50.1. A tributação do rendimento	432
50.2. A tributação do património	433
50.3. A tributação do consumo	434
51. O quadro constitucional	434
51.1. A tributação do rendimento	434
51.1.1. A tributação do rendimento pessoal	434
51.1.2. A tributação das empresas	435
51.2. A tributação do património	436
51.3. A tributação do consumo	436

52. O sistema fiscal resultante das reformas recentes	437	57.1.2. A incidência real	497
52.1. A tributação do consumo	437	57.1.3. A extensão da obrigação de imposto	498
52.2. A tributação do rendimento	439	57.1.4. O regime de transparência fiscal	501
52.3. A tributação do património	440	57.2. Isenções	503
52.4. O actual sentido do art. 104º da Constituição	441	57.3. A determinação da matéria colectável	505
53. As receitas dos impostos	442	57.3.1. A competência para a determinação da matéria colectável	505
54. A reforma fiscal permanente	443	57.3.2. As modalidades de determinação da matéria colectável	506
54.1. O fenómeno	443	57.3.3. O resultado contabilístico	507
54.2. Referência a algumas alterações	444	57.3.3.1. O ponto de partida: o resultado líquido do período	507
54.3. Alusão à reforma do IRC e do IRS	448	57.3.3.2. Referência aos princípios contabilísticos	509
54.4. A reforma da tributação do património	451	57.3.3.3. Os rendimentos e os gastos	514
54.5. Um olhar crítico sobre o sistema fiscal	453	57.3.3.4. Alusão à mensuração dos inventários, às depreciações e amortizações e às imparidades e provisões	516
54.5.1. O “apartheid” fiscal	453	57.3.4. O lucro tributável	521
54.5.2. A complexidade e instabilidade da legislação fiscal	455	57.3.4.1. A dependência parcial do direito fiscal face ao direito contabilístico	521
55. Os actuais desafios do sistema fiscal	459	57.3.4.2. As correcções ao resultado contabilístico	522
55.1. A concorrência fiscal prejudicial	460	57.3.5. O apuramento da matéria colectável	526
55.2. A tributação do comércio electrónico	466	57.4. Algumas situações especiais para combater a evasão fiscal	527
55.3. No limiar de um direito fiscal novo?	469	57.4.1. O tratamento dos preços de transferência	527
 		57.4.2. A imputação de lucros a sociedades residentes em países com regime fiscal privilegiado	529
CAPÍTULO II – VISÃO GERAL DOS IMPOSTOS PORTUGUESES	473	57.4.3. A correcção do valor de transmissão dos imóveis	530
§1 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	473	57.5. Outras situações especiais	531
56. O IRS	473	57.5.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	531
56.1. Incidência	473	57.5.2. O regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais	533
56.1.1. A incidência pessoal	473	57.5.3. A liquidação de sociedades e a transferência da residência	535
56.1.2. A incidência real	475	57.6. A taxa	537
56.2. Delimitação negativa da incidência	483	57.7. A liquidação e cobrança	537
56.3. A determinação da matéria colectável	485	57.8. Esquema de determinação do IRC	541
56.3.1. As etapas de determinação da matéria colectável	485	58. A tributação autónoma em IRS ou IRC	542
56.3.2. A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais	487	58.1. A tributação das despesas não documentadas	542
56.4. A taxa	489	58.2. A tributação das despesas de representação e com viaturas	543
56.4.1. As taxas gerais	489		
56.4.2. Taxas especiais	490		
56.5. A liquidação e cobrança	491		
56.6. Tributação dos residentes não habituais	495		
56.7. Esquema de determinação do IRS	496		
57. O IRC	497		
57.1. Incidência	497		
57.1.1. A incidência pessoal	497		

§2 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO	545
59. O IVA	545
59.1. Introdução	545
59.2. Incidência	548
59.2.1. A incidência pessoal	548
59.2.2. A incidência real	550
59.2.3. Facto gerador e exigibilidade do imposto	551
59.3. Isenções	552
59.4. A determinação da matéria colectável	554
59.5. A taxa	555
59.6. A liquidação e cobrança	555
60. O IVA nas transacções intracomunitárias	558
60.1. Introdução	558
60.2. Incidência do IVA nas transacções intracomunitárias	559
60.3. Isenções	561
60.4. A determinação da matéria colectável e a taxa	561
60.5. A liquidação e cobrança	562
61. Os IEC	563
§3 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	567
62. O imposto municipal sobre imóveis	567
62.1. Incidência	567
62.1.1. A incidência real	567
62.1.2. A incidência pessoal	568
62.2. Isenções	569
62.3. A determinação da matéria colectável	569
62.3.1. Valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	570
62.3.2. Valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	571
62.4. A taxa	573
62.5. A liquidação e cobrança	574
63. O imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis	575
63.1. Incidência	575
63.2. Isenções	576
63.3. A determinação da matéria colectável	577
63.4. A taxa	577
63.5. A liquidação e cobrança	577
64. O imposto de selo	578
64.1. Os dois impostos de selo	578
64.2. Incidência	579



64.3. Isenções	580
64.4. A determinação da matéria colectável	581
64.5. A taxa	581
64.6. A liquidação e a cobrança	581
§4 – OUTROS IMPOSTOS	583
65. A taxa social única	583
66. Notícia sobre outros impostos	586
ÍNDICE DE MATÉRIAS	589
ÍNDICE GERAL	601